ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS – CGGP com atualizações sobre a Governança e o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas para a nova composição.

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às dezesseis horas, por videoconferência na plataforma Zoom, iniciou-se a terceira reunião do Comitê de Governança e Gestão de Pessoas – CGGP. Estavam presentes os seguintes membros, designados pela Portaria GPR 1239, de 8 de julho de 2020: Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo, Assistente da Presidência; Juíza de Direito Caroline Santos Lima, indicada para presidir o Comitê; Juiz Carlos Aberto Martins Filho, indicado pelo presidente, com base em lista aberta; Juiz Aimar Neres de Matos, eleito por votação direta; Juíza Marilza Neves Gebrim e Juiz Pedro de Araújo Yung-Tay Neto, representantes da Corregedoria; Edvaldo Santos Guimarães Júnior, Secretário-Geral da Presidência; Luciana Essinger Toledo Varella, Secretária de Recursos Humanos - SERH; Lídia Maria Borges de Moura, Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica SEPG; Victor Abreu da Silva, Substituto da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG; Aline Pereira Neves Silveira, indicada pelo Presidente; Cristiana Zappalá Porcaro Duran e Georges Elias Azar Filho, eleitos por votação direta dentre os servidores; Sônia Maria Cardoso e Silva Soares, indicada pelo SINDJUS-DF. E os seguintes representantes da equipe de apoio do Comitê: Alessandra Cristina de Figueredo Leite, Supervisora Substituta do NIC; Felipe Schiavon de Oliveira, Substituto da Secretaria da Escola de Formação Judiciária; Tomaz de Aquino Vasco da Silva, Subsecretário de Serviços Médicos. E como participantes: Alessandra Rocha de Castro, José William Holanda Cordeiro, representantes do Serviço de Planejamento e Análise Estatística – SERPAE e Alessandra Loyola dos Santos, da Subsecretaria de Gestão Integrada de Pessoas – SUGIP. O Juiz Assistente da Presidência, Jayder Ramos de Araújo, deu início à reunião cumprimentando a todos e comunicando que a Juíza Caroline Santos Lima tinha sido convidada pela Presidência do TJDFT para presidir o CGGP, tendo aceito. Destacou também que os comitês estão inseridos na Gestão Estratégica do Tribunal e compõem a estrutura de Governança da Instituição. Em seguida passou a palavra para o servidor Victor Abreu, Secretário Substituto da SEPG, que apresentou o Sistema de Governança Institucional, implantada em 2019. Ele mostrou as instâncias que compõem a governança no nível institucional e seu desdobramento no nível intrasetorial que abrange os temas Pessoas, Contratos e TI, em consonância com o tripé de Governança Pública definido pelo TCU. Ressaltou que a governança subsidia a tomada de decisão no Tribunal, ao considerar as demandas da sociedade e as entregas realizadas pelo órgão, por meio de uma rede de governança e de instâncias internas. Destacou que os Comitês tem o papel de apoiar as decisões da Administração, citando como exemplo recente as ações relacionadas à crise e ao Plano de retomada, em que decisões estratégicas foram discutidas em contexto de comitês. Nesse sentido, ressaltou tanto a importância dos comitês dos subsistemas de governança (Gestão Estratégica, Gestão de Contratações, Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação e Comunicação), quanto dos Comitês de Apoio (Ética, PLS, de Atenção Prioritária ao 1º Grau, Orçamentário do 1º e do 2º Grau, de Transparência e de Relacionamento com o Usuário). Em relação à atuação do CGGP, mencionou que está orientada primeiramente pela Política Nacional de Gestão de Pessoas, estabelecida pela Resolução CNJ 240/2016, mas também pela Política de Atenção à Saúde, instituída pela Resolução CNJ 207/2015 e pela Resolução CNJ 230/2016, que trata de aspectos de inclusão e de acessibilidade. Outra peculiaridade do CGGP é o desdobramento de assuntos de seu interesse e competência em outras Comissões e Comitês como: de Atenção à Saúde, de Gestão do Teletrabalho, de Inclusão e de Ética do TJDFT. Na sequência a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica – Lídia Moura, também reforçou esse alinhamento das informações que envolvem o trabalho do CGGP e que estão no campo de atuação das áreas de Recursos Humanos, de Saúde, da Escola de Formação, do NIC. Tendo em vista a relevância dos assuntos que permeiam a atuação desse Comitê, a Presidente, Dra. Caroline, destacou a importância dessa instância deliberativa na Casa e a satisfação de contar com representantes tão experientes e conhecedores das demandas

relacionadas ao CGGP. Após, passou a palavra para a Secretária de Recursos Humanos, Luciana Varella, que apresentou resumidamente o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas - PEGP, destacando que ele está previsto até o final de 2020. E que, após a revisão da Estratégia Nacional, possivelmente ele deva ser revisto para assegurar o alinhamento a esta. Ao apresentar a identidade estratégica do PEGP, a Secretária destacou que a missão é nobre, complexa e, por isso, requer soluções compartilhadas. Em relação à visão, evidenciou o aspecto de alcance de resultados que representa uma mudança de paradigma. Também apresentou os valores como necessários para favorecer a convivência de todos no TJDFT e que envolvem respeito à diversidade, senso de coletividade, sustentabilidade funcional, desenvolvimento contínuo e ética. Na sequência, mostrou as 6 (seis) iniciativas do PEGP, destacando que nesta reunião iria atualizar acerca das 3 (três) primeiras que envolvem mais diretamente a SERH e que foram consideradas estruturantes durante a capacitação sobre Governança, ministrado pelo Prof. Adriano do TCU, para o TJDFT. Também ressaltou a importância de cuidar das interfaces que envolvem todas as iniciativas com o intuito de favorecer a tomada de decisão em gestão de pessoas. A iniciativa relacionada ao modelo de competências contempla a sua atualização que foi feita por meio de Projeto Institucional e envolveu contratação de consultoria especializada. A Secretária apresentou questões norteadoras do novo modelo que estão relacionadas a orientar a formulação de políticas de gestão de pessoas, com aspectos de adequação da força de trabalho, orientação a resultados, valorização, formação de sucessores, entre outros. Ressaltou a experiência do TJDFT com a gestão por competências desde 2009 e com a gestão de desempenho, por meio do PGDCOMP, o que propiciou inúmeras lições aprendidas. Explicou que o foco do modelo antigo estava nas atividades, seguindo a tendência nacional em relação ao estudo de gestão por competências. Já o modelo proposto tem foco na transformação digital e na experiência do usuário. A expectativa é de propiciar uma vivência positiva da gestão por competências e da gestão de desempenho e de promover mudanças na forma de acompanhamento das pessoas e na atuação das áreas de gestão de pessoas. Dr. Jayder ressaltou a importância de investir em formas de comunicação do novo modelo de maneira clara e próxima ao gestor da área finalística, com o intuito de assegurar a adesão e de transmitir como algo bom e não como algo a mais para fazer. Dr. Carlos Martins também destacou que o atual PGDCOMP é visto como uma demanda burocrática pelas pessoas na instituição. Dando continuidade à apresentação, a Secretária Luciana enfatizou que o novo modelo é norteado por referências nacionais e internacionais em gestão de excelência. Mostrou que a minuta de resolução que o institui foi aprovada pelo Pleno em sessão de 21/07/2020, por meio do PA 6102/2020 e destacou que o **papel do CGGP é fazer com que esse novo modelo se concretize no Tribunal**. O Secretário-Geral da Presidência, Edvaldo Santos, sugeriu que fosse criado **grupo para o CGGP** no aplicativo ***Microsoft Teams*** para o **compartilhamento de materiais**, incluindo o normativo. Em seguida, a Secretária de RH apresentou a segunda iniciativa relacionada ao aprimoramento da metodologia dimensionamento, movimentação e gestão da força de trabalho. Essa iniciativa engloba 3 (três) Projetos: o primeiro de Ampliar a implementação da Resolução CNJ 219/2016 nas Unidades Judiciárias do 2º grau, o qual não foi concluído; o segundo de Atualização da Lotação de Referência das unidades de Apoio Direto e Indireto; e o último de Aperfeiçoar a Gestão do Dimensionamento da Força de Trabalho no TJDFT. É um trabalho que envolve áreas técnicas e a Administração Superior. Dr. Jayder está coordenando esse estudo e propôs como desafio o prazo até o final de setembro, período de publicação da Tabela de Lotação de Pessoal – TLP, no menu Transparência da Internet do TJ. A expectativa é de calcular a Lotação Paradigma de todas as unidades, segundo os critérios da Resolução CNJ 219/2016. E que a Lotação de Referência deixe de existir. Esse trabalho está sendo desenvolvido em etapas e a primeira delas, que envolve a classificação das unidades por áreas de atuação de acordo com a Resolução, já foi concluída. A Administração Executiva está participando ativamente, considerando as raízes hierárquicas da estrutura organizacional (Presidência, 1VCP, 2VCP, Corregedoria, Ofícios Judiciais e VIJ). A intenção com o estudo é aproximar o número de cargos ao número de lotações, no sentido de se acabar com “falsas promessas”. Acerca disso, Dr. Carlos

comentou o impacto da Resolução 219 em algumas estruturas que considera delicadas e questionou como estava o andamento da implantação desse normativo. A Secretária da SEPG esclareceu que o Tribunal ainda não cumpre integralmente essa Resolução e que o percentual estaria em torno de 72%. Comentou-se sobre algumas peculiaridades do TJDFT que impactam no cumprimento da norma, a exemplo dos juízes de 2º grau, que não existem nos Tribunais dos Estados, das Turmas Recursais. Nesse sentido, Dr. Jayder esclareceu que pretende ter como produto do estudo um relatório explicando a situação do Tribunal em relação à Resolução e submeter ao Pleno. Tendo em vista o envolvimento da Administração Executiva nesse trabalho, convidou a Juíza Caroline para participar, quando possível, das reuniões que discutirão sobre agrupamentos de unidades judiciárias e outros aspectos relevantes à aplicação da metodologia. Ainda sobre esse tema, foi comentada a disparidade existente entre as lotações paradigma e de referência, sendo que esta última não tem previsão no normativo e gera expectativas de preenchimento de vagas nas unidades. "Há que se trabalhar com a margem real. Toda unidade deve ter uma lotação e ser cumprida". Outro importante ponto destacado foi a necessidade de se retomar a anterior Comissão que deliberava sobre as variáveis envolvidas no estudo. Em seguida, a Secretária apresentou as atualizações da iniciativa 3 (três) que está relacionada a implantar e aperfeiçoar ações de desenvolvimento e de suporte aos gestores e sucessores. Nesse sentido, algumas ações em andamento ou previstas são: o Projeto Conexões, que tem por objetivo atuar no processo de mudança organizacional por meio da promoção de um espaço de encontro com os gestores, abordando conteúdos inerentes à gestão por competências e de pessoas; melhorias na página de gestão de pessoas na Intranet e o desenvolvimento de novas formas de comunicação com esse público e, sobretudo, o estabelecimento de critérios para a formação de sucessores, ação que envolve diretamente a SERH e a SEEF. O último tópico apresentado foi relacionado ao clima organizacional. Foi informado sobre a publicação do Programa de Gestão do Clima Organizacional, por meio da Portaria Conjunta 1, de 02 de janeiro de 2020, de responsabilidade do CGGP. Também destacou-se a necessidade de revisão do instrumento de pesquisa, cuja próxima edição está prevista para 2021, de forma a alinhá-lo às novas diretrizes estratégicas e possibilitar a aferição de aspectos de ambiência das competências do Novo Modelo, além de melhorar a adesão. Para isso, pensou-se em proposta de curso para alinhamento conceitual e construção do instrumento com a sugestão do docente da UnB, Prof. Francisco Coelho Júnior. Os participantes serão indicados pela equipe de apoio do CGGP. Outro aspecto ressaltado pela Secretária de RH diz respeito à comunicação dos resultados da pesquisa e a correlação com a promoção de ações de melhoria do clima. Atualmente, a pesquisa de clima subsidia a apuração de 4 (quatro) indicadores estratégicos relacionados à comunicação interna, ao reconhecimento e recompensas, à satisfação e comprometimento e à satisfação com as necessidades físicas (público interno). Em seguida, o Secretário Substituto da SEPG esclareceu que o monitoramento dos **indicadores do PEGP** foi suspenso nesse quadrimestre, em razão da pandemia e do trabalho a distância, mas que a **apuração do 1º e 2º quadrimestres** poderá ser realizada ao final de setembro ou início de outubro. Encerradas as apresentações da pauta, passou-se a palavra à Presidente do CGGP, Juíza Caroline, que sugeriu o **início de outubro** para a **próxima reunião do Comitê.** A Secretária de RH informou que o secretariado do CGGP está a cargo da SUGIP/SERH e que, dessa forma, iria aproximar-se mais da Presidente para encaminhar assuntos e questões para comporem as pautas. Dra. Caroline destacou que um **assunto posto em evidência nesse período de pandemia é o teletrabalho**. A Secretária de RH mencionou sobre uma **minuta de Resolução** desenvolvida na gestão anterior, mas que ainda não havia sido deliberada. Como **providência**, foi proposto o **encaminhamento desse normativo aos membros do Comitê via grupo no Microsoft Teams.** A supervisora substituta do NIC mencionou a demanda do CNJ no sentido de ampliar a atuação para além da inclusão das pessoas com deficiência e de se trabalhar questões de gênero e de raça. A Secretária da SEPG pontuou que o NIC passará a ser subordinado a essa Secretaria e que já sendo providenciada a adequação dos normativos internos para atender a essa demanda do CNJ. Encaminhamentos da reunião: **providenciar**

acesso dos membros do CGGP ao *Microsoft Teams* – SERH/SGP para compartilhamento de materiais; anexar a esse grupo as minutas de normativos do novo modelo de gestão por competências e do teletrabalho. Os juízes assistentes da Corregedoria, Dra. Marilza Gebrim e Dr. Pedro Yung-Tay, registraram o interesse em participar do grupo, haja vista estarem representando o membro titular, Dr. Eduardo Henrique Rosas. Antes de encerrar, a Presidente registrou a necessidade de **substituição do Dr. Reginaldo Garcia Machado**. Nada mais havendo, encerrou a reunião às dezessete horas e vinte minutos, da qual eu, Alessandra Loyola dos Santos, lavro a presente ata, que, por ser expressão da verdade, segue assinada pelos presentes.

Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo – Juiz Assistente da Presidência

Juíza de Direito Caroline Santos Lima – Presidente do Comitê

Juiz Carlos Aberto Martins Filho – indicado pelo Presidente

Juiz Aimar Neres de Matos – eleito por votação direta

Juíza Marilza Neves Gebrim – Juíza Assistente da Corregedoria

Juiz Pedro de Araújo Yung-Tay Neto – Juiz Assistente da Corregedoria

Edvaldo Santos Guimarães Júnior - Secretário-Geral da Presidência - SGP

Luciana Essinger Toledo Varella - Secretária de Recursos Humanos – SERH

Lídia Maria Borges de Moura - Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica - SEPG

Victor Abreu da Silva – Secretário Substituto de Planejamento e Gestão Estratégica - SEPG

Aline Pereira Neves Silveira - indicada pelo Presidente

Cristiana Zappalá Porcaro Duran – eleita por votação direta

Georges Elias Azar Filho - eleito por votação direta

Sônia Maria Cardoso e Silva Soares – representante do SINDJUS-DF

Alessandra Cristina de Figueredo Leite – representante do Núcleo de Inclusão - NIC na equipe de apoio

Felipe Schiavon de Oliveira – representante da Escola de Formação Judiciária na equipe de apoio

Tomaz de Aquino Vasco da Silva – representante da SESA na equipe de apoio

Alessandra Rocha de Castro – Supervisora Substituta do Serviço de Planejamento e Análise Estatística – SERPAE

José William Holanda Cordeiro - representante do SERPAE

Alessandra Loyola dos Santos – secretariado do Comitê